

Senadores reagem a "rolo compressor"

CALENDÁRIO DE SARNEY, QUE ENCURTA PRAZO DE VOTAÇÃO DAS EMENDAS PARA PERMITIR RECESSO, PODERÁ SER QUESTIONADO NO STF.

Os líderes dos pequenos partidos e os senadores dissidentes do PMDB e PFL vão articular, segunda-feira, um movimento para impedir o descumprimento dos prazos regimentais na votação das emendas constitucionais no Senado. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), divulgou quinta-feira uma agenda que reduz os prazos para garantir o recesso a partir de 1º de julho. A reação à medida de Sarney pode incluir até um recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF), caso não seja possível desmobilizar o "rolo compressor" para a aprovação de quatro das cinco emendas que tramitam na Casa até o final deste mês.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que a aceleração das votações, incluindo o desestímulo à apresentação de emendas, compromete a existência do Senado. "É melhor acabar de vez com a instituição, do que mantê-la unicamente como Casa homologatória", afirmou. O temor da oposição é de que a base parlamentar do governo descumpra o intervalo de cinco sessões entre as votações na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário, determinado pelo Regimento. "Do jeito que a coisa vai, é melhor colocarem essas emendas num foguete", declarou o senador Josaphat Marinho (PFL-BA).

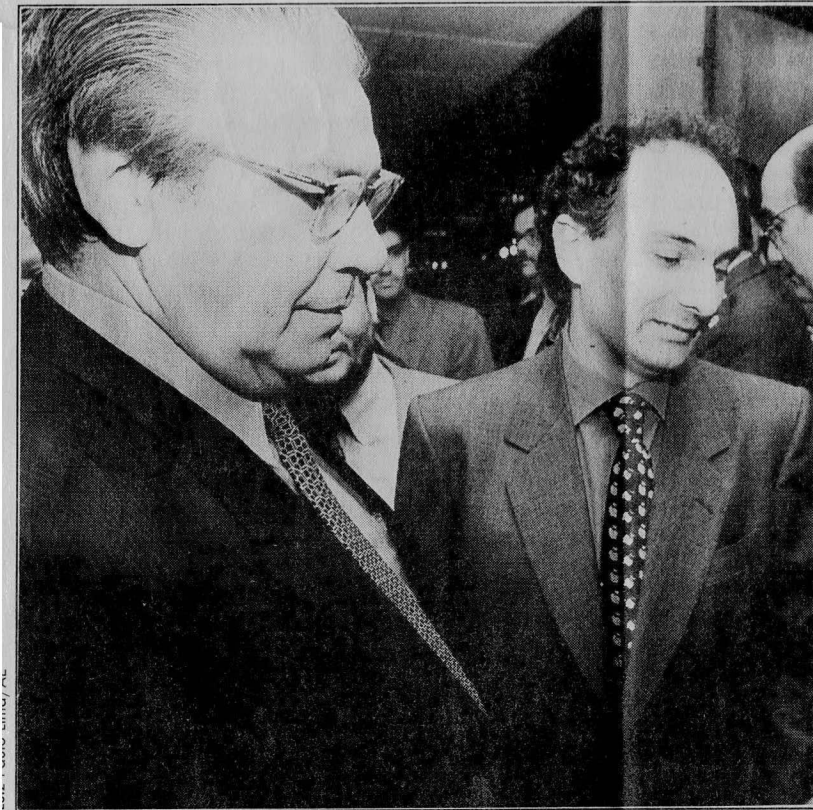
Senador Ademir Andrade disse que é melhor acabar com o Senado, do que mantê-lo como Casa homologatória.

O calendário de Sarney deixará apenas a proposta sobre o petróleo para o segundo semestre. Até o dia 30 de junho deverão ser aprovadas, em dois turnos, as emendas que quebram os monopólios do gás canalizado, da navegação de cabotagem e das telecomunicações e a que retira da Constituição o conceito de empresa brasileira de capital nacional.

Os líderes do governo, Elcio Álvares (PFL-ES), e do PSDB, Sérgio Machado (PSDB-CE), acham que é possível obedecer os prazos regimentais, se o início do recesso for adiado para 5 de julho. "Não vamos nós prender a datas", afirmou Álvares. "E estou certo de que conseguiremos votar as propostas, dentro dos prazos regimentais".

Já o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que vai se opor a todas as tentativas de encurtar os prazos. Segundo Requião, o encaminhamento das emendas já começou errado, com a decisão do presidente da CCJ, Íris Rezende (PMDB-GO), de conceder 48 horas para os pedidos de vistas, quando o Regimento prevê o prazo de cinco dias. Os governistas querem reduzir esse período para 24 horas no exame da emenda sobre telecomunicações. "É uma imoralidade", declarou Requião. "Coisas como essa arranham ainda mais a imagem do Congresso".

Rosa Costa/AF



Covas e Roberto Tripoli inauguram sistema informatizado na Assembleia